

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA¹: ALINHAMENTO, DISPERSÃO OU FORMAÇÃO DE UM NOVO CAMPO?

Ana Paula Poll
Júlio Cesar Andrade de Abreu

Sobre a Origem dos Cursos

O curso de Administração Pública da Escola de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda/RJ (ECHSVR) nas duas modalidades em que, hoje, é oferecido - presencial e a distância - está diretamente relacionado a uma política pública para educação no Brasil planejada desde 2003 e implementada nos anos seguintes. Uma política educacional para o ensino superior voltada à ampliação do número de universidades públicas, à oferta de vagas nas universidades (já existentes) e, igualmente, voltada à interiorização da educação através da criação de pólos universitários fora dos grandes centros urbanos e capitais.

A criação desses cursos em Volta Redonda, também, é resultante de uma crescente preocupação federal com a excelência gerencial dos recursos públicos em concomitância com a atenção ao cidadão.

Desse modo, objetivando a obtenção de quadros qualificados de gestores públicos sensíveis aos sujeitos *nas* (e não *das*) ações de gestão, cujas demandas, pretende-se dirimir, fomentou-se, sobretudo, junto às Instituições de Ensino Superior (públicas e privadas) a oferta de cursos na área de 'públicas'(ou o aumento de vagas para os cursos existentes). E objetivando tornar a universidade pública presente em regiões em que a educação superior era exclusivamente oferecida pela iniciativa privada, o convênio MEC/UFF (Universidade Federal Fluminense) nº 037/2005 possibilitou a criação do Pólo Universitário de Volta Redonda (PUVR) e oportunizou sua expansão. Outro convênio também foi determinante na definição do papel da ECHSVR junto à promoção de cursos direcionados à Administração Pública, a saber, o convênio UAB (Universidade Aberta do Brasil)/UFF/CEDERJ. Este possibilitou a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação em Volta Redonda, entre eles Administração Pública modalidade a distância

¹ Curso de Administração Pública UFF/PUVR/ECHSVR, situado em Volta Redonda, no sul do estado do Rio de Janeiro.

(graduação), Gestão em Saúde Pública (especialização), Gestão em Administração Pública (especialização) e Gestão Pública Municipal (especialização). Foi com a convergência desses objetivos e ações que emergiram os cursos: de Administração Pública presencial e os referidos cursos a distância (graduação e as pós-graduações acima listadas), todos sediados na Escola de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda.

No ano de 2010 foram oferecidas 240 vagas para a graduação em Administração Pública. Das vagas, 40 foram oferecidas para formar o corpo discente do curso presencial com ingresso em 2010/1º semestre e, 200 vagas foram oferecidas para os alunos do curso a distância dos pólos de Volta Redonda, Paracambi, Belford Roxo e Campo Grande com entrada em 2010/2º semestre. Houve ainda, no ano de 2010, a oferta de mais de 700 vagas para os cursos de pós-graduação acima listados. Foram iniciadas neste ano 17 turmas de especialização, todas coordenadas e secretariadas através da ECHSVR. O funcionamento desses cursos de especialização a distância também teve o apoio do CEDERJ que cedeu, à utilização para as atividades presenciais, as instalações de seus pólos (em Angra dos Reis, Bom Jesus de Itabapoama, Iguaba Grande, Magé, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Piraí, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia e Três Rios). Em Volta Redonda, a ECHSVR recebeu, em suas próprias (e novas) dependências, os alunos de pós-graduação, tanto para as sessões de tutoria quanto para a realização das avaliações presenciais.

Breve Histórico: A Escolha da Nomenclatura

A ECHSVR foi criada em dezembro 2006, através da Resolução nº324/06 e nos anos seguintes conduziu suas atividades letivas com um único curso em funcionamento, a saber, o curso de Administração, iniciado no ano anterior ao da criação da Escola de Ciências Humanas e Sociais (VR). Em outubro de 2007, ainda sob os auspícios do convênio com o MEC (037/2005), a ECHSVR levou ao Conselho Universitário da UFF (CUV) um projeto, desenhado pelo corpo docente do Departamento de Administração (VAD), para sua expansão. Na proposta, aprovada naquela ocasião, propôs-se a criação de outros três cursos, para os dois anos subsequentes, entre eles o curso de **Gestão Pública e Desenvolvimento Regional**.

O curso foi idealizado a partir da demanda por uma nova agenda de políticas públicas para o Brasil, alçada por um projeto de re-configuração do país econômica e politicamente *vis-à-vis* o cenário internacional. Desse modo, o desenho do curso propunha, além de uma

formação básica em administração, a reflexão acerca das práticas cotidianas da administração pública e a redefinição dos quadros institucionais do Estado, assim como, a inserção de professores/pesquisadores e discentes no ressurgimento do debate nacional sobre desenvolvimento. Uma nova perspectiva de reflexão que se distanciava, desde a concepção originária, da proposta para o crescimento econômico que caracterizou as discussões sobre o desenvolvimento entre as décadas de 1950 e 1980 no Brasil e na América Latina. Nesta nova perspectiva a distribuição de riquezas, a participação política em condições de igualdade e a ênfase na localidade emergem como foco central das novas reflexões.

No entanto, a nomenclatura original atribuída ao curso, seja em função da visão orientada pelas alterações no cenário político e econômico nacional, seja pela agenda de pesquisa que dele emergia, encontrava as dificuldades impostas pelo histórico da área de administração no Brasil e pelo corporativismo oriundo de sua consolidação.

Sob alegação de possíveis dificuldades de reconhecimento do curso junto ao Ministério de Educação e Cultura (MEC), sobre a possível (e factível) recusa do Conselho Federal de Administração no reconhecimento e registro dos egressos de um curso sobre a denominação **Gestão Pública e Desenvolvimento Regional** e, finalmente sobre a preocupação com a absorção desses egressos pelo mercado de trabalho, optou-se pela alteração do nome do curso e da titulação dos egressos. Contudo, não houve alteração na matriz curricular inicialmente proposta e, sobretudo, a mudança de nomenclatura do curso não representou a redefinição do perfil dos educadores que formariam o corpo docente. Também não houve variações substanciais na formação do egresso, exceto pela possibilidade de obtenção de registro junto ao Conselho Regional de Administração. Isso porque a proposta inicial já continha os conteúdos de formação profissional alinhados às diretrizes curriculares nacionais do curso de Administração.

A alteração da denominação do curso presencial que seria oferecido pela ECHSVR, em princípio, não só trazia vantagens aos alunos, como também não representava prejuízo em função do modo como o curso havia sido concebido. No entanto, a 'adequação' da nomenclatura do curso e da titulação do egresso (bacharel em Administração Pública) revelava o alinhamento – já perceptível em função da matriz curricular que guardava grande sinergia com o curso de Administração de Empresas – do curso que nascia com aquele que representava, por óbvio, o *mainstream* da nova unidade da UFF em Volta Redonda. Mesmo que as preocupações que originaram a mudança no nome do novo curso que seria ofertado

pela ECHSVR fossem legítimas, e de fato, consideramos que o são sob a observação de um ângulo particular. Embora essa alteração representasse a aquisição de certas garantias aos egressos, pensamos que não se pode deixar de observar as implicações que a escolha por outra nomenclatura representou e representará para o universo dos novos cursos que surgem nas diferentes universidades brasileiras sob a égide de cursos na área de 'públicas'.

Pensamos também que não se pode subestimar a escolha feita por outros departamentos e universidades acerca das diferentes nomenclaturas adotadas por cursos que pretendem atender uma demanda semelhante àquela que viabilizou a oferta do curso de administração pública em Volta Redonda. Não podemos deixar de pensar na tradição que sempre orientou os cursos de administração no Brasil e, sobretudo, considerar-se-á que não devemos, especialmente neste momento, deixar de nos perguntarmos se esta orientação está, de fato, em consonância com as razões que fizeram eclodir a demanda por cursos na área de 'públicas' no Brasil. Cursos que apresentam forte caráter interdisciplinar, objetivando formar profissionais capazes de lidar com a interdisciplinaridade que caracteriza a realidade, os fenômenos sociais e as políticas públicas que lhes são correspondentes.

A preocupação apresentada nas linhas acima não parece ser exclusiva daqueles que trabalham no curso de Administração Pública de Volta Redonda, mas uma preocupação geral para os profissionais que integram o corpo docente dos demais cursos na área de 'públicas' do Brasil. Foi essa preocupação que nos levou à apresentação do histórico de formação de nossos cursos e à redação de um breve resumo de seus projetos pedagógicos. Objetivando o reconhecimento mútuo das características gerais e particulares desses cursos e almejando que esse reconhecimento possa fornecer subsídios para pensarmos sobre o contexto das demandas e, igualmente, acerca dos desdobramentos da criação desses cursos sob diversas denominações, nos propusemos à tarefa de apresentá-los. Assim sendo, essa apresentação está diretamente relacionada à proposta para pensarmos o futuro dos cursos da área de 'públicas', para refletirmos acerca das demandas governamentais que subjazem as iniciativas de abertura de vagas para formação de quadro qualificado e para avaliarmos e discutirmos, para além das instâncias corporativas já sedimentadas, o perfil daquele que deverá ocupar os cargos de gestão pública no Brasil.

Da Justaposição dos Projetos Pedagógicos

O Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública (ECHSVR) traz, em suas primeiras páginas, com o propósito de justificar a criação do curso, temas que têm sido muito caros à administração pública federal e que se tornaram lugar comum após as experiências acumuladas com o findar do século XX no Brasil. Termos como: o desenvolvimento sustentado, a eficiência econômica associada à justiça social, o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida, são utilizados no novo debate sobre desenvolvimento. Trata-se, neste caso, de preocupações diferentes daquelas nutridas pelas reflexões desenvolvimentistas entre as décadas de 1950 e 1980. Nos novos contornos do debate sobre desenvolvimento, a região também aparece como foco de importância e a integração dos diferentes agentes sociais da localidade, destaca-se como um fator relevante para sua promoção. Essa argumentação está no bojo da justificativa elaborada para aprovação, junto aos Conselhos Superiores da UFF, do curso de Administração Pública em Volta Redonda. Afinal, a criação da ECHSVR se deu no âmbito de um Programa de Ampliação do Espaço Público de Formação Superior na Região do Médio Paraíba², em atenção ao desenvolvimento regional, como se pode ler no projeto pedagógico aqui apresentado.

Pensando um projeto para desenvolvimento regional integrado, envolvendo IES, poderes públicos e setor produtivo, é preciso estimular e desenvolver ações e processos de acesso ao conhecimento e informações tecnológicas, capazes de ensejar uma progressiva transformação e qualificação na produção com base no desenvolvimento sustentado, que é aquele onde o padrão de eficiência econômica concilia justiça social com equilíbrio ambiental e qualidade de vida.

Para se obter resultados com a implantação de pólos educacionais, estes devem ser gestados após definição das condições educacionais, socioeconômicas e de infra-estrutura da região selecionada. Esta definição deve ter a participação da sociedade, numa postura cooperativa e de integração. Assim, para que a inserção da Universidade no projeto de desenvolvimento regional aconteça de forma coerente e responsável, é preciso corresponder à realidade existente, dividindo com as organizações locais a construção do espaço universitário, baseado no saber da Academia, mas também na cultura da comunidade, nas suas práticas, histórias, na ciência e tecnologia ali já produzidas.³

² A região do Médio Paraíba Fluminense está situada na porção meridional do Estado do Rio de Janeiro, e compreende doze unidades administrativas municipais, a saber: Barra Mansa, Barra do Pirai, Itatiaia, Pinheiral, Pirai, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda. O Médio Paraíba ocupa uma área de 6.203,5 km² equivalentes a 14,1% do território estadual, onde vivem 785.192 habitantes (IBGE, 2.000), que corresponde a 5,46 % da população fluminense. É a região mais populosa do interior do Estado do Rio de Janeiro, com 22,3% da população do interior, considerando-se, evidentemente, a histórica concentração na região metropolitana do Rio de Janeiro, que responde por 74,42% da população estadual. O Médio Paraíba é região mais densamente povoada (126,6 hab/km²) e com a maior taxa de urbanização do interior fluminense: 93,0% de sua população reside em áreas urbanas.

³ Trecho integral do projeto pedagógico do curso de Administração Pública da ECHSVR.

A justificativa de caráter mais geral, que sinaliza um alinhamento com a demanda de uma agenda federal, interioriza-se a partir de estudo diagnóstico que evidenciava o descompasso dos índices que verificam o desenvolvimento humano (IDH) quando foram comparadas as cidades que compõem a região do Médio Paraíba. O estudo diagnóstico apontou para problemas relacionados à desigualdade entre os municípios, relacionando-a, sobretudo, à existência de problemas na educação básica e à falta de educação continuada.

Como relatado pela citação abaixo transcrita, observou-se a ausência cursos de formação de profissionais para o exercício da gestão pública. Fato que justificaria, somados aos demais, o apoio à criação de cursos direcionados à promoção de competências e habilidades para a gestão pública. Formando, deste modo, profissionais habilitados para empregar os recursos públicos (a médio e longo prazo) na efetiva promoção do desenvolvimento econômico e social da região e, tornar possível a alteração do quadro descrito a partir da análise diagnóstica realizada.

Esse conjunto relativamente amplo de considerações sobre a realidade sócio-econômico-cultural do Médio Vale do Paraíba fluminense indica um vasto campo de aplicação de intervenções qualificadas por profissionais preparados para o exercício da gestão pública e a para formulação e implementação de políticas voltadas ao desenvolvimento regional. A ausência de formação específica disponível nesta área, em nível de graduação, indica uma oportunidade de inovação institucional do ponto de vista da universidade, diante de um potencial de aproveitamento de profissionais que poderão atuar em diversas frentes: saúde, educação, meio ambiente, assistência social, segurança alimentar, geração de emprego e renda, assim como no apoio à implementação de modelos mais eficientes e democráticos de gestão pública. Pela sua própria natureza, o curso será um estímulo para a busca de parcerias e do reforço da lógica de aproximação da universidade com as prefeituras e lideranças regionais citadas anteriormente⁴.

Embora se trate de uma demanda gerada, sobretudo, pela mudança na própria concepção de desenvolvimento, observa-se, a partir, da leitura dos princípios norteadores do curso de Administração Pública seu alinhamento com o curso de Administração de Empresas. A ampla formação na área de administração geral é marcada pela preocupação com a sedimentação de saberes nas áreas de gestão contábil, econômica e financeira, assim como pela preocupação em assegurar aos discentes conhecimentos em logística, produção e operações, recursos materiais, mercado, estratégias de marketing e gerência de produtos e

⁴ Trecho integral do projeto pedagógico do curso de Administração Pública da ECHSVR.

serviços, qualidade e gestão de recursos humanos. Mas observa-se, também, a tentativa inicial de distinção entre os campos de saber, salientando a preocupação dos propositores do novo curso com a formação humanística que deve caracterizar o curso de Administração Pública. O trecho, abaixo transcrito, revela essa preocupação explícita e contida no projeto pedagógico.

A formação do Gestor/Administrador Público pressupõe o oferecimento de capacitação técnica e instrumental e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de uma percepção crítica da realidade e dos fenômenos Organizacionais e Sociais.

Uma das concepções básicas que norteia o Curso de Administração Pública é o entendimento de que, mais do que formar os profissionais requeridos pelo mercado de trabalho, é importante desenvolver nos alunos, a consciência de suas responsabilidades sociais e o desejo de não se tornarem meros reprodutores do "status quo" em que se acham envolvidos⁵.

A menção direta à preocupação com o desenvolvimento econômico e social de caráter regional e a formação do egresso que atue como formulador e agente de políticas públicas também fica registrada no projeto do curso.

O Curso de Administração Pública, oferecido pela Escola de Ciências Humanas e Sociais - ECHS do Pólo Universitário de Volta Redonda - PUVR se destina à formação de um profissional, com enfoque na Área de Administração Pública no contexto do Desenvolvimento Regional, que atue como formulador e implementador de políticas públicas de desenvolvimento econômico e social e gerencie as funções administrativas, financeiras, operacionais, estruturais, de mercado e de recursos humanos do Setor Público brasileiro, tendo oportunidade de desenvolver tarefas nas mais diversas áreas da administração pública do país, bem como à preparação de novos empreendedores e docentes/pesquisadores⁶.

Finalmente, percebe-se, no trecho abaixo transcrito, a remanescência da nomenclatura original proposta para o novo curso da ECHSVR. Percebe-se, também, sua inclinação à formulação de um novo campo voltado à *práxis* educativa do gestor público, um novo campo impulsionado, sobretudo, pela percepção de desenvolvimento que passou a ser cultivada na última década.

A missão do curso de Administração Pública da Escola de Ciências Humanas e Sociais do Pólo Universitário de Volta Redonda é transmitir, ordenar,

⁵ Trecho integral do projeto pedagógico do curso de Administração Pública da ECHSVR.

⁶ Trecho integral do projeto pedagógico do curso de Administração Pública da ECHSVR.

sistematizar e produzir conhecimentos na área da **gestão pública e do desenvolvimento regional**⁷, com foco no gerenciamento das organizações ligadas aos setores públicos, visando à formação competente e competitiva de profissionais preparados para contribuir com o aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos e com o desenvolvimento técnico, econômico e social da região em que atua⁸.

O projeto pedagógico do curso de Administração Pública foi discutido no âmbito do Departamento de Administração da ECHSVR, conforme explicitado acima, e seu texto foi resultante, portanto, dos denominadores consensuais acerca da configuração do novo curso. Nesse debate, o tom conservador prevaleceu, apesar de parecer evidente que sua proposta inicial para o curso de Administração Pública romperia com a tradição de pensar desenvolvimento a partir da concepção de desenvolvimento econômico.

O texto do projeto pedagógico (do qual foram extraídas as citações literais acima transcritas) revela a apropriação do projeto elaborado no âmbito do departamento de administração da ECHSVR pelo Programa Nacional de Formação em Administração Pública da secretaria de educação a distância (SEED).

A incorporação do projeto do curso presencial pelos autores do projeto do curso a distância oferece mais elementos explicativos acerca da sinergia (ou alinhamento?) entre os cursos de Administração Pública da ECHSVR (presencial e a distância) e o curso de Administração de Empresas. O grupo formado pelos professores que redigiram o documento finalizado sob a denominação: "Projeto Pedagógico do curso bacharelado em Administração Pública modalidade a Distância", acrescentou à proposta do Departamento de administração da ECHSVR as particularidades exigidas para o funcionamento institucional de um curso a distância. O documento assegura tratar-se de um projeto de curso pautado na "observância dos dispositivos legais e dispositivos regimentais institucionais". Entre eles, LDB e DCN. Especificamente pautado nas diretrizes curriculares nacionais do curso de Administração, bacharelado (Resolução CNE/CES nº4 de 13/07/2005).

Assim, as políticas públicas voltadas à ampliação e, também, à interiorização da oferta de ensino de graduação gratuito e com a qualidade já oferecida pelas universidades federais, entre elas a criação da UAB, em 2005, depara-se com práticas já sedimentadas e áreas do saber pouco plásticas. Trata-se, neste caso, de uma área de atuação profissional avessa à perda de controle sobre uma reserva de mercado, que a julgar pelas iniciativas governamentais, pretende-se expandir.

⁷ Grifo meu.

⁸ Trecho integral do projeto pedagógico do curso de Administração Pública da ECHSVR.

Apesar de compartilharem idênticos princípios norteadores, justificativas e missão, o curso presencial guarda, em seus objetivos, um dos fatores que o teria germinado, a saber, a preocupação com a localidade/região. Essa preocupação fica explícita com a análise de matriz curricular que contempla disciplinas voltadas ao desenvolvimento regional. Como o projeto do curso a distância replica a proposta para o curso presencial, a atenção à região não desaparece por completo do texto do projeto pedagógico. Mas, sua matriz curricular não contempla disciplinas voltadas ao desenvolvimento regional e suas potencialidades. Ao contrário, mostra-se mais conservadora que a matriz do curso presencial, limitando as disciplinas da área de humanas e fortalecendo as disciplinas da área profissional (administração). Assim, pode-se observar que, entre os dois (projetos pedagógicos), há uma distinção assegurada por grades curriculares diferenciadas, sobre a qual faremos algumas ponderações nas linhas abaixo.

Focos Formativos e Currículo dos Cursos

A distinção entre as duas modalidades do curso de Administração Pública da ECHSVR é restrita às suas respectivas matrizes curriculares e aos focos formativos que ambas denotam.

Como salientamos acima, o projeto do curso (presencial e na modalidade à distância) foi elaborado no âmbito do departamento de administração da ECHSVR. Assim, as variações entre os cursos restringiram-se aos ajustes na matriz curricular do curso a distância e, também, à proposição de linhas de formação específica (LFE) ligadas a ele. O projeto deste curso direciona o aluno para uma das seguintes linhas de formação específica (a) formação em Gestão da Saúde Pública, (b) formação em Gestão Pública Municipal e (c) formação em Gestão Governamental. O objetivo é ampliar as competências do egresso e agregar habilidades para o exercício da gestão pública em variadas áreas. Ao mesmo tempo, este formato favorece que os alunos egressos do curso de bacharelado em Administração Pública à distância sejam direcionados para uma das três especializações, também ofertadas pelo sistema UAB, na UFF.

As figuras a seguir demonstram as diferenciações entre os cursos:

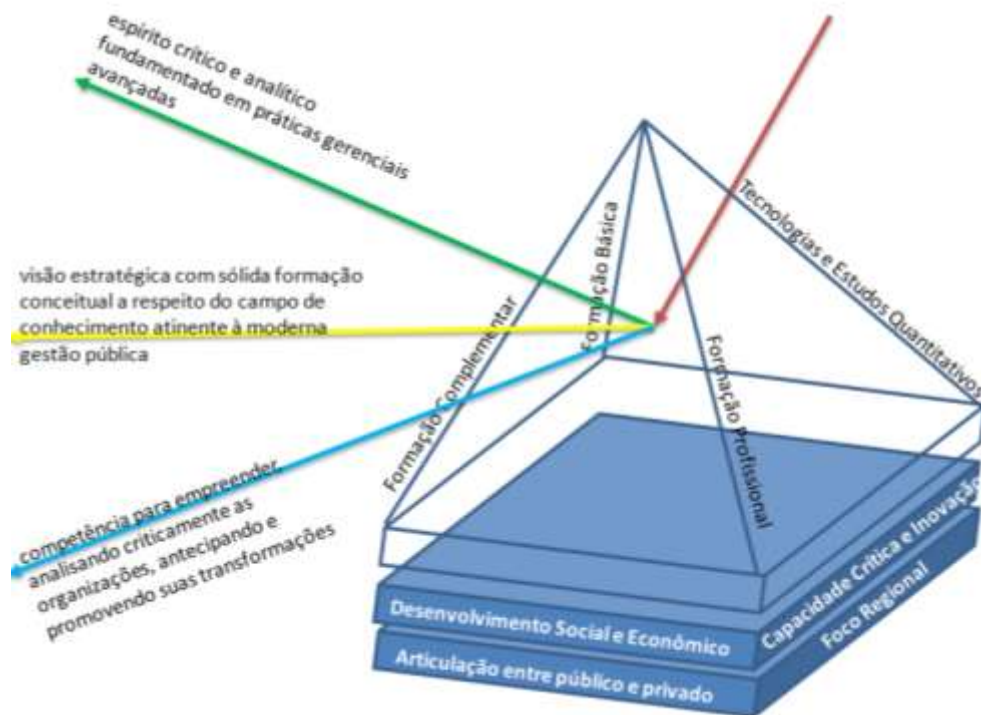


Figura 1: Foco Formativo - Administração Pública Presencial
Fonte: Elaborado pelos autores.

O curso de graduação em Administração Pública presencial manteve a proposta inicial do curso de **Gestão Pública e Desenvolvimento Local** e, portanto, manteve-se estruturado com vistas ao desenvolvimento social e econômico da região Sul Fluminense. Disciplinas como “Desenvolvimento Regional e Local I – Aspectos Sociais”, “Desenvolvimento Regional e Local II – Aspectos Econômicos”, “Tecnologia Social I” e “Desenvolvimento Sustentável” demonstram esta vocação do curso.

O curso à distância apresenta um foco formativo mais amplo, ancorado principalmente em uma lógica mais “gerencial” no processo de gestão da coisa pública. Disciplinas como “Gestão e Operações e Logística I”, “Gestão de Operações e Logística II” e “Administração Estratégica” demonstram isso.

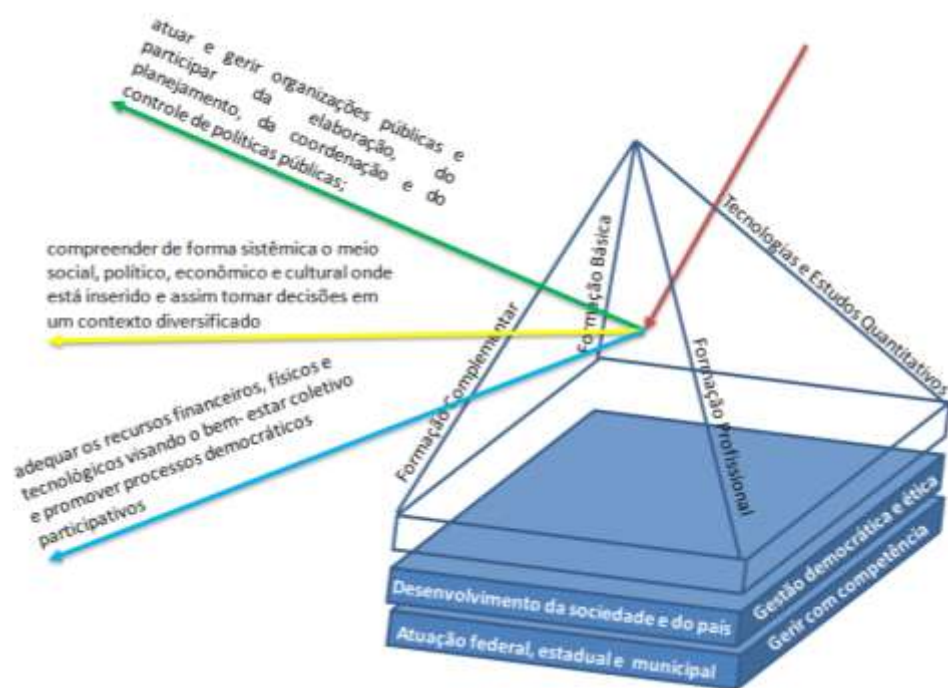


Figura 2: Foco Formativo - Administração Pública à distância
Fonte: Elaborado pelos autores.

Acreditamos que a distinção entre os dois cursos possa ser um elemento potencializador na formação dos alunos, graças à possibilidade de intercâmbio de disciplinas. Deste modo, um aluno do curso presencial poderá cursar disciplinas da grade à distância e um aluno do curso à distância poderá cursar disciplinas da grade presencial. A seguir são apresentadas as grades de disciplinas de ambos os cursos.

Grade do curso presencial

1º MÓDULO	2º MÓDULO	3º MÓDULO	4º MÓDULO	5º MÓDULO	6º MÓDULO	7º MÓDULO	8º MÓDULO
CONTABILIDADE GERAL	ANTROPOLOGIA CULTURAL	CIÊNCIA POLÍTICA II	ADM. FINANCEIRA E ORÇAMENTARIA I	CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA	AGENDA, FORMULAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	GESTÃO DE OPERAÇÕES E QUALIDADES NOS SERVIÇOS PÚBLICOS	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
FUND. DA ADM. E MODELOS DE GESTAO	CIÊNCIA POLÍTICA I	DIREITO ADMINISTRATIVO I	DIREITO ADMINISTRATIVO II - LICITAÇÃO E CONTRATOS	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL II	CONTROLADORIA E GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO	GESTÃO DE PROJETOS SOCIAIS I	ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL
Introdução à Economia	DIREITO CONSTITUCIONAL	GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO	ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO	ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORANEA	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL I - ASPETOS ECÔNOMICOS	INDICADORES E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	GESTÃO DE PROJETOS SOCIAIS II
INSTIT. DE DIREITO PUBLICO E PRIVADO	ESTATISTICA I	GESTÃO PÚBLICA I	ETICA GERAL E PROFISSIONAL	INTRODUÇÃO AS POLÍTICAS PÚBLICAS	GESTAO DE PROJETOS	MARKETING NO SETOR PÚBLICO	PRÁTICA DE PESQUISA SOCIAL II
INTRODUCAO A ECONOMIA	FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	MACROECONOMIA	GESTÃO PÚBLICA II	ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS	GOVERNO ELETRÔNICO	PRÁTICA DE PESQUISA SOCIAL I	TECNOLOGIA SOCIAL I
INTRODUCAO A SOCIOLOGIA	INTRODUCAO A PSICOLOGIA	ACs	INFORMATICA APLICADA A ADMINISTRACAO I	ORÇAMENTO E CONTABILIDADE PÚBLICA	METODOLOGIA DA PESQUISA	SOCIOLOGIA DAS ORGANIZACOES	Optativa II
METODOS E TECNICAS DE PESQUISA	MICROECONOMIA		ACs	ACs	ACs	Acs	Optativa III
METODOS QUANTITATIVOS APLICADOS I						Optativa I	
						Estágio Curricular Supervisionado I	Estágio Curricular Supervisionado II

Grade do curso à distância

1º MÓDULO 330 h/a	2º MÓDULO 330 h/a	3º MÓDULO 330 h/a	4º MÓDULO 330 h/a	5º MÓDULO 330 h/a	6º MÓDULO 300 h/a	7º MÓDULO 300 h/a	8º MÓDULO 270 h/a
Filosofia e Ética	Ciência Política	Teorias da Adm. Pública	Teorias das Finanças Públicas	Planejamento e Programação na Adm. Pública	Orçamento Público	Auditoria e Controladoria	Políticas Públicas e Sociedade
Teorias da Administração I	Teorias da Administração II	Sociologia Organizacional	Organização, Processos e Tomada Decisão	Gestão de Pessoas no Setor Público	Administração Estratégica	Negociação e Arbitragem	Gestão Ambiental e Sustentabilidade
Introdução à Economia	Macroeconomia	Economia Brasileira	Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público	Gestão de Operações e Logística I	Gestão de Operações e Logística II	Tecnologia e Inovação	Relações Internacionais
Psicologia Organizacional	Contabilidade Geral	Contabilidade Pública	Estatística Aplicada à Administração	Matemática Financeira e Análise de Investimento	Elaboração e Gestão de Projetos	Eletiva da IPES II	Eletiva da IPES III
Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	Matemática para Administradores	Instituições de Direito Público e Privado	Direito Administrativo	Legislação Tributária e Comercial	Eletiva da IPES I	Gestão da Regulação	
Seminário Integrador	Seminário Temático I	Seminário Temático II	Seminário Temático III	Seminário Temático I na LFE I	Seminário Temático II na LFE I	Seminário Temático III na LFE I	Seminário Temático IV na LFE I
Disciplinas Optativas				Seminário Temático I na LFE II	Seminário Temático II na LFE II	Seminário Temático III na LFE II	Seminário Temático IV na LFE II
				Seminário Temático I na LFE III	Seminário Temático II na LFE III	Seminário Temático III na LFE III	Seminário Temático IV na LFE III
				Estágio Curricular Supervisionado I	Estágio Curricular Supervisionado II	Estágio Curricular Supervisionado III	Estágio Curricular Supervisionado VI

Considerações Finais

Pensamos que a agenda governamental para os próximos anos é incentivada e incentivadora de novos debates acerca da gestão pública e do desenvolvimento, tema que já recebeu qualificativo e no cenário acadêmico tem sido chamado de 'novo desenvolvimentismo' ou 'neodesenvolvimentismo'. Essa agenda demandará a formação de quadro qualificado para ocupação de cargos públicos, idealização e gestão de projetos, mas, sobretudo, para elaboração de alternativas viáveis que possam garantir à riqueza internamente produzida uma distribuição razoavelmente equilibrada. Ou seja, um quadro qualificado capaz de fomentar continuamente o crescimento econômico e social.

Mas há, em meio ao cenário promissor de demandas os corporativismos que as áreas do saber já sedimentaram. Ainda não podemos avaliar os efeitos provocados pelo encontro de um novo olhar acerca da gestão pública com o *mainstream* dos cursos de administração tradicionais. Mais tarde, quando os egressos do curso de administração pública da ECHSVR estiverem atuando como profissionais, poderemos analisar esses efeitos, ou talvez mais cedo, nos períodos avançados onde as linhas de pensamento, por vezes distintas, se encontrarão no diálogo com os discentes.

No entanto, o que certamente podemos afirmar é que muitas universidades optaram por aprovar cursos que já incorporaram, ao nascer, essa nova dimensão acerca da gestão pública e do desenvolvimento. Temas que voltaram a ocupar lugar de destaque nos círculos acadêmicos. E podemos constatar, todos nos perguntamos hoje: trata-se de um novo campo que precisa ser consolidado?

Referências Bibliográficas

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre a Ciência. São Paulo, Cortez, 2001.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Maina Pirajá. Organização social e indicadores socioeconômicos no Brasil: um estudo exploratório. Cad. CRH, Salvador, v. 22, n. 57, 2009.